



# Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 0490/14  
PLL Nº 040/14

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº 175 /14 – CCJ

### **Concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Paulo César Fonseca do Nascimento – Tinga.**

Vem a esta Comissão, para parecer, o Projeto em epígrafe, de autoria do vereador Valter Nagelstein.

A Procuradoria desta Casa (fl. 11) aponta inexistência de óbice de natureza jurídica à tramitação da matéria.

É o relatório, sucinto.

Inicialmente, cumpre frisar que o Projeto apresentado deve ser examinado pela CCJ, por força do artigo 36, inciso I, alínea *a*, do Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A Proposição encontra guarida, sob seu aspecto formal, no artigo 101 do Regimento desta Casa e na Lei Complementar nº 95/1998 e suas respectivas alterações.

*In casu*, a Proposição respeita os requisitos estatuídos na lei municipal que rege a matéria para sua aprovação (LM nº 9.659, de 22 de dezembro de 2004), encontrando supedâneo no artigo 57, inciso XIV<sup>1</sup>, da Lei Orgânica deste Município, bem como nos artigos 132, inciso II<sup>2</sup>, e 133, *caput* e § 1º<sup>3</sup>, ambos do Regimento desta Casa.

---

<sup>1</sup> Lei Orgânica do Município de Porto Alegre:  
Art. 57 - É de competência privativa da Câmara Municipal:  
XIV - conceder título de cidadão honorário do Município;

<sup>2</sup> Regimento Interno da Câmara de Porto Alegre:  
Art. 132. Os títulos de Cidadão Honorário do Município, aprovados pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, serão os seguintes.  
II- Cidadão Emérito de Porto Alegre;

<sup>3</sup> Regimento Interno da Câmara de Porto Alegre:  
Art. 133. O projeto de concessão de títulos de Cidadão Honorário do Município deverá vir acompanhado, como requisito essencial, de circunstanciada biografia da pessoa que se deseja homenagear, observadas as demais formalidades legais e regimentais.  
§ 1º. Os projetos de outorga de títulos de Cidadão de Porto Alegre e de Cidadão Emérito de Porto Alegre deverão contar com o apoio de Lideranças que, em conjunto, representem, no mínimo, a




**PARECER Nº 179 /14 – CCJ**

Diante do acima esposado, examinados os aspectos constitucionais, legais e regimentais, manifesto parecer pela **inexistência de óbice** de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Sala de Reuniões, 21 de maio de 2014.

  
**Vereador Waldir Canal,**  
**Relator.**


**Aprovado pela Comissão em 3-6-14**

  
Vereador Reginaldo Pujol – Presidente

  
Vereador Marcelo Sgarbossa

Vereador Nereu D'Avila – Vice-Presidente

  
Vereador Márcio Bins Ely

  
Vereador Elizandro Sabino

Vereador Valter Nagelstein

/JS/LAB